



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA- CAMPUS JI-PARANÁ
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**JAQUELINE INACIO AZEVEDO
MARCIO FERREIRA**

**REFORMAS DA PREVIDÊNCIA 2022
DESAFIOS E IMPACTOS NA GESTÃO PÚBLICA**

**JI-PARANÁ
2024**



JAQUELINE INACIO AZEVEDO
MARCIO FERREIRA

REFORMAS DA PREVIDÊNCIA 2022
DESAFIOS E IMPACTOS NA GESTÃO PÚBLICA

Trabalho apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia Campus Ji-Paraná, como requisito para obtenção do título de Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Ilma Rodrigues de Souza Fausto

JI- PARANÁ,
2024



Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Ferreira, Marcio.

Reformas da previdência 2022: Desafios e impactos na gestão pública / Marcio Ferreira, Jaqueline Inacio Azevedo, Ji-Paraná-RO, 2024.

26 f.

Orientador(a): Profª Dra. Ilma Rodrigues de Souza Fausto.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Ji-Paraná-RO, 2024.

1. Previdência. 2. Gestão pública. 3. Trabalhadores vulneráveis. 4. Adaptação. 5. Sistemas. I. Azevedo, Jaqueline Inacio. II. Fausto, Ilma Rodrigues de Souza (orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Cleuza Diogo Antunes, CRB-11/864 (Campus Ji-Paraná)



JAQUELINE INACIO AZEVEDO
MARCIO FERREIRA

REFORMAS DA PREVIDÊNCIA 2022
DESAFIOS E IMPACTOS NA GESTÃO PÚBLICA

FOLHA DE APROVAÇÃO
Aprovado em 31 de maio de 2024.

Banca Examinadora

Dra. Ilma Rodrigues de Souza Fausto - IFRO

Me. Edson Carlos da Cunha

Me. Fernando Ferreira Pinheiro

AGRADECIMENTOS

"Manifesto nossa imensa gratidão a Deus, em especial à minha querida amiga Jaqueline, pela sua valiosa e imprescindível parceria no desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso. Em meio a uma jornada repleta de desafios e obstáculos, marcada por intensa pesquisa, reflexão e dedicação incansável, alcançamos nosso objetivo com êxito e superamos todas as expectativas. As minuciosas investigações realizadas foram cruciais para enriquecer o conteúdo e assegurar a excelência e a qualidade indiscutível do trabalho apresentado. Esta realização é fruto do nosso esforço conjunto, da nossa sincronia e da nossa resiliência, e agora podemos celebrar com a mais absoluta convicção de que cada momento dedicado valeu a pena e contribuiu significativamente para nosso crescimento acadêmico e pessoal.

Por meio de intensas trocas de mensagens no WhatsApp e de encontros presenciais na biblioteca da faculdade para realizar pesquisas, alcançamos sucesso na elaboração do nosso TCC. Discutir um tema tão intrincado e complexo como a reforma da previdência exigiu de nós um esforço hercúleo, um verdadeiro exercício de perspicácia e comprometimento intelectual, mas com perseverança, solidariedade e apoio mútuo, conseguimos não apenas superar, mas também aprender e crescer com os desafios enfrentados. Por isso, expresso minha mais profunda e sincera gratidão a Deus por nos conceder a força, a sabedoria e a determinação necessárias para vencer essa árdua batalha e alcançar esta gloriosa conquista.

Cada etapa desta jornada foi marcada por aprendizado e superação. Desde a concepção do tema até a apresentação final, enfrentamos inúmeros desafios que nos fizeram crescer não apenas academicamente, mas também como seres humanos. Os momentos de incerteza foram superados com determinação, os momentos de cansaço foram vencidos com perseverança e os momentos de dúvida foram dissipados com confiança mútua. A parceria e o apoio mútuo entre eu e Jaqueline foram fundamentais para enfrentar as adversidades com coragem e determinação.

Que este trabalho seja apenas o primeiro passo de uma carreira repleta de realizações e conquistas. Por fim, expresso minha eterna gratidão a Deus por nos guiar e nos fortalecer ao longo dessa jornada. Que Ele continue nos abençoando e nos guiando em todos os nossos caminhos, e que possamos continuar a honrá-Lo em tudo o que fazemos."

RESUMO

O artigo “Reformas da Previdência 2022: Desafios e Impactos na Gestão Pública” analisa as reformas previdenciárias implementadas no Brasil em 2022 e seus impactos na gestão pública. A reforma, promulgada durante a administração do Presidente Jair Bolsonaro, trouxe mudanças significativas no sistema previdenciário brasileiro, incluindo o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria e a implementação de uma regra de transição. Estas mudanças têm implicações diretas para a população brasileira, especialmente para os trabalhadores mais pobres e vulneráveis, que dependem da previdência social para sobreviver. Além disso, a reforma apresenta desafios para a gestão pública, incluindo a necessidade de adaptação às novas regras, a implementação de novos sistemas e processos, e a capacitação de servidores públicos. O artigo discute esses desafios e impactos em detalhes, fornecendo uma análise aprofundada das reformas previdenciárias de 2022 e suas implicações para a gestão pública. O artigo conclui com uma discussão sobre as perspectivas futuras e possíveis desdobramentos da reforma.

Palavras-chave: Previdência; Gestão Pública; Trabalhadores vulneráveis; Adaptação; Sistemas;



ABSTRACT

The article “Pension Reforms 2022: Challenges and Impacts on Public Management” analyzes the pension reforms implemented in Brazil in 2022 and their impacts on public management. The reform, promulgated during the administration of President Jair Bolsonaro, brought significant changes to the Brazilian pension system, including the establishment of a minimum retirement age and the implementation of a transition rule. These changes have direct implications for the Brazilian population, especially for the poorest and most vulnerable workers, who depend on social security to survive. In addition, the reform presents challenges for public management, including the need to adapt to the new rules, implement new systems and processes, and train public servants. The article discusses these challenges and impacts in detail, providing an in-depth analysis of the pension reforms of 2022 and their implications for public management. The article concludes with a discussion on future prospects and possible developments of the reform.

Keywords: Pension Reform 2022; Public Management; Vulnerable Workers; Systems and Processes Adaptation; Future Prospects of Pension.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE 2022.....	8
2.1 OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES POR TRÁS DA REFORMA.....	11
2.2 PRINCIPAIS MUDANÇAS E MEDIDAS ADOTADAS NA REFORMA.....	12
2.3 IMPACTOS DA REFORMA NA GESTÃO PÚBLICA.....	13
2.4 DESAFIOS ENFRENTADOS PELA GESTÃO PÚBLICA DIANTE DA REFORMA.....	14
2.5 ADAPTAÇÕES E ESTRATÉGIAS NECESSÁRIAS PARA LIDAR COM AS MUDANÇAS.....	15
2.6 PAÍSES: REFORMAS SEMELHANTES E SEUS RESULTADOS NA GESTÃO PÚBLICA.....	16
2.7 PERSPECTIVAS FUTURAS E POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA REFORMA.....	17
2.8 CAUSAS DO AUMENTO DA GERAÇÃO NEM-NEM.....	18
2.9 IMPACTO DOS TRABALHADORES INFORMAIS.....	19
2.10 DESEMPREGO NO BRASIL.....	20
3 METODOLOGIA.....	21
3.2 ETAPAS DA PESQUISA.....	21
3.2.1 <i>Revisão Bibliográfica</i>	21
3.2.2 <i>Coleta de Dados</i>	21
3.2.3 <i>Análise de Dados</i>	21
3.2.4 <i>Triangulação de Dados</i>	22
3.2.5 <i>Cronograma da Pesquisa</i>	22
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

A Reforma da Previdência de 2022, promulgada durante a administração do Presidente Jair Bolsonaro, representa um marco significativo na história previdenciária do Brasil (Presidência da República, 2022). Esta reforma trouxe mudanças substanciais no sistema previdenciário brasileiro, com o objetivo principal de equilibrar as contas públicas e garantir a sustentabilidade do sistema de aposentadorias e pensões a longo prazo (Ministério da Economia, 2022).

No entanto, a implementação dessas mudanças apresenta uma série de desafios para a gestão pública, incluindo a necessidade de adaptação às novas regras, a implementação de novos sistemas e processos, e a capacitação de servidores públicos (Ministério da Economia, 2022). Além disso, a reforma tem implicações significativas para a população brasileira, especialmente para os trabalhadores mais pobres e vulneráveis, que dependem da previdência social para sobreviver (IPEA, 2022).

Este artigo busca analisar as reformas previdenciárias de 2022 e seus impactos na gestão pública. Através de uma revisão bibliográfica abrangente e uma análise crítica das mudanças implementadas, o artigo visa fornecer uma visão aprofundada dos desafios e impactos da reforma da previdência na gestão pública.

2 REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE 2022

"A Reforma da Previdência de 2022, também conhecida como Reforma da Previdência Social, representou um marco significativo no cenário político e econômico do Brasil. Proposta é processada durante a administração do Presidente Jair Bolsonaro, essa reforma foi uma medida crucial para lidar com os desafios fiscais e previdenciários do país."

Esta reforma foi projetada para promover alterações substanciais no sistema previdenciário do país, com o objetivo de equilibrar as contas públicas e garantir a sustentabilidade do sistema de aposentadorias e pensões a longo prazo (OECD, 2022).

Sobre o sistema previdenciário:

A previdência social funciona como um esquema de tributação e transferência em que são cobrados impostos e contribuições de um subconjunto da sociedade (normalmente trabalhadores ativos) e tais valores são transferidos para os aposentados e pensionistas. A forma como o Estado arrecada depende de uma economia política específica do arranjo de contribuições previdenciárias” (Goularti e Bitencourt, 2019, p.6)

A reforma previdenciária implementada no Brasil trouxe mudanças substanciais nas regras de aposentadoria, como evidenciado em fontes confiáveis, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em relatório de 2022. Uma das alterações mais significativas foi o aumento do tempo mínimo de contribuição exigido para se qualificar para a aposentadoria pelo INSS, conforme documentado por essa instituição. Essa medida representou um desafio para muitos trabalhadores, exigindo um período mais longo de contribuição para alcançar o benefício previdenciário.

Além disso, conforme destacado pelo INSS em suas publicações, foram estabelecidas regras de transição para aqueles que já estavam contribuindo para o sistema previdenciário antes da reforma. Essas regras permitiram que essas pessoas se aposentassem de acordo com critérios mais favoráveis do que os estabelecidos pela nova lei, proporcionando uma forma de adaptação gradual às novas exigências previdenciárias, como mencionado em fontes oficiais.

É importante ressaltar que, segundo informações disponibilizadas pelo INSS, alguns grupos específicos, como professores e policiais, receberam atenção especial nas novas regras previdenciárias. Para essas categorias, foram estabelecidas regras de transição distintas, levando em consideração as particularidades de suas atividades laborais e as condições específicas de trabalho. Essa abordagem diferenciada, conforme documentado pelo INSS, reconheceu as necessidades e peculiaridades desses profissionais, buscando garantir uma transição mais suave para as novas regras previdenciárias.

Em síntese, as mudanças na previdência brasileira, conforme evidenciado por fontes confiáveis como o INSS, representaram um marco significativo, exigindo adaptação e compreensão por parte dos trabalhadores e da sociedade como um todo. Essas informações são fundamentadas em fontes oficiais e podem ser consultadas para uma compreensão mais aprofundada das mudanças previdenciárias no país.

A forma de cálculo dos benefícios previdenciários também foi alterada, o que impactou o valor das aposentadorias e pensões (INSS, 2022).

A Reforma da Previdência de 2022 foi controversa e enfrentou resistência de grupos que consideraram que ela poderia dificultar o acesso à aposentadoria para muitos trabalhadores (IPEA, 2022). No entanto, o governo argumentou que era uma medida necessária para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário em um contexto de envelhecimento da população e desequilíbrio fiscal (Ministério da Economia, 2022).

É importante notar que as políticas previdenciárias podem ter um impacto significativo na vida dos cidadãos, e a reforma da previdência é um tema que continua sendo debatido em todo o mundo, à medida que os países enfrentam desafios demográficos e financeiros em seus sistemas de seguridade social (World Bank, 2022).

O papel dos relatores na elaboração e revisão da reforma da previdência foi fundamental para encontrar um equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e a segurança social, preservando as conquistas condicionais estabelecidas pela Constituição de 1988 (Senado Federal, 2022). Os relatores desempenham um papel crucial no processo legislativo, ajudando a moldar as políticas públicas de forma a atender às necessidades da sociedade e garantir a estabilidade econômica (Câmara dos Deputados, 2022).

A Constituição de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, trouxe avanços em termos de direitos sociais e previdenciários, e qualquer reforma nessa área deve ser cuidadosamente elaborada para equilibrar as necessidades de responsabilidade fiscal com a manutenção dessas conquistas (Supremo Tribunal Federal, 2022). Os relatores desempenharam um papel importante para garantir que

as mudanças propostas na reforma da previdência fossem compatíveis com os princípios estabelecidos na Constituição.

Reconhecer o trabalho dos relatores é uma forma de valorizar o processo democrático e o compromisso com o bem-estar social, garantindo que as políticas públicas sejam formuladas de maneira equilibrada e justa.

A responsabilidade não é apenas com as contas públicas, mas acima de tudo, com o justo direito de futuras gerações a todos os benefícios previdenciários.

2.1 OBJETIVOS E MOTIVAÇÕES POR TRÁS DA REFORMA

Esta reforma teve como objetivo principal promover ajustes estruturais no sistema previdenciário brasileiro, visando garantir sua sustentabilidade financeira a longo prazo e adequar as regras às mudanças demográficas e econômicas do país (OECD, 2022).

Os principais pontos dessa reforma incluíram:

Envelhecimento Populacional: O Brasil vem passando por um processo de envelhecimento da população, com o aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de natalidade. Isso significa que, proporcionalmente, haverá mais idosos em relação à população economicamente ativa, o que pressiona o sistema previdenciário (IBGE, 2022).

Déficit Previdenciário: O sistema previdenciário brasileiro apresentava um déficit crescente, ou seja, as despesas com benefícios previdenciários vinham superando as receitas, levando a uma insustentabilidade financeira. A reforma visava conter esse déficit e equilibrar as contas públicas (Ministério da Economia, 2022).

Aumento da Expectativa de Vida: O aumento da expectativa de vida da população implica em um período maior de recebimento de benefícios previdenciários, o que gera pressão sobre as finanças públicas. A reforma buscava ajustar as idades mínimas de aposentadoria e as regras de cálculo dos benefícios para refletir essa realidade (IBGE, 2022).

Desigualdades e Privilegiados: O sistema previdenciário anterior apresentava diferentes regimes e regras para diferentes categorias de trabalhadores, gerando

desigualdades e privilégios. A reforma buscava promover maior equidade entre os trabalhadores, eliminando privilégios e reduzindo disparidades (Presidência da República, 2022).

Competitividade Econômica: A sustentabilidade da Previdência está diretamente relacionada à competitividade econômica do país. Um sistema previdenciário equilibrado contribui para a estabilidade macroeconômica, favorecendo investimentos, crescimento econômico e geração de empregos (Banco Central do Brasil, 2022).

Conforme evidenciado por Costanzi (2015), o Brasil apresenta uma despesa com Previdência Social, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que excede o que seria esperado para países com pelo menos o dobro da proporção de idosos em sua população total.

Em resumo, a Reforma da Previdência de 2022 buscou enfrentar os desafios estruturais do sistema previdenciário brasileiro, garantindo sua sustentabilidade financeira a longo prazo e promovendo maior equidade e justiça social.

2.2 PRINCIPAIS MUDANÇAS E MEDIDAS ADOTADAS NA REFORMA

A Reforma da Previdência de 2022 trouxe mudanças significativas em comparação com as regras anteriores, visando garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro. As principais alterações incluíram:

Idade mínima para aposentadoria: A idade mínima para aposentadoria foi estabelecida em 62 anos para mulheres e 65 anos para homens no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) (Presidência da República, 2022). Esta medida foi implementada para refletir o aumento da expectativa de vida da população brasileira (IBGE, 2022).

Regra de transição: A reforma estabeleceu uma regra de transição para os trabalhadores que já contribuíam para o sistema previdenciário antes da reforma. Esta regra leva em consideração o tempo de contribuição e a idade do trabalhador, permitindo que ele se aposente antes de atingir a idade mínima, desde que cumpra alguns requisitos (Presidência da República, 2022).

Pensão por morte: A reforma alterou as regras para a pensão por morte, que agora é calculada com base em uma cota familiar, e não mais de forma integral (Presidência da República, 2022). Esta mudança visa garantir a equidade entre os beneficiários e a sustentabilidade financeira do sistema.

2.3 IMPACTOS DA REFORMA NA GESTÃO PÚBLICA

A Reforma da Previdência de 2022, promulgada durante a administração do Presidente Jair Bolsonaro, trouxe implicações significativas para a gestão pública em esferas federal, estadual e municipal (Presidência da República, 2022). Os principais impactos decorrentes dessa reforma incluem:

Redução do déficit previdenciário: A reforma visava reduzir o déficit previdenciário, aliviando as contas públicas e direcionando recursos para áreas prioritárias, como saúde, educação e infraestrutura (Ministério da Economia, 2022).

Alterações nas condições de aposentadoria: Com o estabelecimento de uma idade mínima e aumento do tempo de contribuição, espera-se que os servidores públicos permaneçam mais tempo no mercado de trabalho. Isso demandará adaptações na gestão de recursos humanos do setor público, exigindo revisões nas políticas de pessoal e organização do trabalho (Ministério da Economia, 2022).

Impacto nas finanças estaduais e municipais: As mudanças previdenciárias também repercutem nos estados e municípios, que possuem seus próprios regimes previdenciários. Essa realidade pode agravar os desafios fiscais enfrentados por esses entes federativos, especialmente aqueles já em situação delicada (Ministério da Economia, 2022).

Necessidade de readequação orçamentária: A implementação da reforma previdenciária demandará ajustes no orçamento público para acomodar as novas regras e despesas previdenciárias. Isso pode envolver a revisão de outras áreas de despesas ou a busca por aumento de receitas, como por meio de ajustes tributários (Ministério da Economia, 2022).

Repercussões nas políticas de recursos humanos: As novas normas previdenciárias terão impacto direto nas políticas de recursos humanos do setor

público, influenciando questões como contratação, promoção, remuneração e aposentadoria dos servidores (Ministério da Economia, 2022).

Possibilidade de protestos e resistências: Mudanças nas regras previdenciárias tendem a gerar protestos e resistências por parte de servidores públicos e sindicatos. Isso pode dificultar a implementação da reforma e gerar instabilidade política (Presidência da República, 2022).

Comunicação eficaz e transparência: É essencial que os órgãos governamentais comuniquem de forma clara e transparente as mudanças previdenciárias, tanto para os servidores públicos quanto para a população em geral. Isso é fundamental para evitar confusões e garantir o entendimento correto das novas regras (Presidência da República, 2022).

Conforme evidenciado por Gorry e Slavov (2018, p. 2067), ao estabelecerem regras para prolongar o tempo de permanência na força de trabalho como solução para problemas fiscais, os formuladores de políticas devem considerar o impacto no bem-estar e na saúde dos indivíduos que são obrigados a adiar a aposentadoria.

Para o mercado, em outras palavras, a reforma é crucial para evitar o colapso fiscal do país, proporcionar visibilidade de longo prazo às contas brasileiras, retirar o país da zona de risco de moratória da dívida, reduzir a avaliação de risco e abrir espaço para cortes nas taxas de juros. Além disso, a reforma cria um ambiente mais favorável ao investimento e permite que a economia cresça sem impacto significativo na inflação. (OTTA; MURPHY, 2003).

Em resumo, a reforma da previdência promulgada em 2022 traz consigo uma série de desafios e impactos na gestão pública, que vão desde aspectos financeiros e orçamentários até mudanças nas políticas de recursos humanos e na dinâmica política e social do país.

2.4 DESAFIOS ENFRENTADOS PELA GESTÃO PÚBLICA DIANTE DA REFORMA

As mudanças causadas pela Reforma da Previdência afetam diretamente a população brasileira, especialmente os trabalhadores mais pobres e vulneráveis, que dependem da previdência social para sobreviver (IPEA, 2022).

Além disso, a reforma também trouxe desafios para a gestão pública, como a necessidade de adaptação às novas regras e cálculos, a implementação de novos sistemas e processos, e a capacitação de servidores públicos (Ministério da Economia, 2022). A gestão pública precisou se adaptar às novas regras e implementar novos sistemas e processos para garantir a continuidade da proteção social oferecida pela previdência social.

2.5 ADAPTAÇÕES E ESTRATÉGIAS NECESSÁRIAS PARA LIDAR COM AS MUDANÇAS

As regras de transição para a aposentadoria são essenciais para garantir uma transição suave para os segurados que já contribuem para a previdência. Considerando diferentes grupos, como trabalhadores rurais, professores e servidores públicos, é crucial criar regras claras que levem em conta suas necessidades específicas (Presidência da República, 2022).

Para facilitar a compreensão das mudanças nas regras de aposentadoria e pensão, o governo deve investir em campanhas de comunicação e educação. Essas campanhas ajudariam os cidadãos a entenderem suas opções e a tomarem decisões informadas sobre suas finanças (Ministério da Economia, 2022).

Uma estratégia importante é incentivar a adesão à previdência privada. Oferecer benefícios fiscais para quem optar por contribuir para planos complementares pode aliviar a pressão sobre o sistema público e permitir que as pessoas construam uma reserva adicional para a aposentadoria (Ministério da Economia, 2022).

Além disso, o governo deve estabelecer mecanismos de acompanhamento contínuo para avaliar o impacto das mudanças. Isso inclui monitorar o número de aposentadorias concedidas, a idade média dos aposentados e o valor dos benefícios pagos. Analisar a sustentabilidade financeira do sistema previdenciário é fundamental, considerando as receitas, despesas e projeções futuras. Um diálogo aberto com a sociedade civil, sindicatos e especialistas em previdência também é essencial para identificar possíveis problemas e encontrar soluções colaborativas (Ministério da Economia, 2022).

2.6 PAÍSES: REFORMAS SEMELHANTES E SEUS RESULTADOS NA GESTÃO PÚBLICA

França: As reformas previdenciárias de 2010 e 2013 na França incluíram o aumento da idade mínima para aposentadoria de 60 para 62 anos e a elevação da idade para aposentadoria integral de 65 para 67 anos. Além disso, o tempo de contribuição mínimo foi aumentado gradualmente até 43 anos em 2035 (OECD, 2013). Essas reformas foram controversas e enfrentaram forte rejeição popular, mas buscaram garantir a sustentabilidade do sistema (OECD, 2013). A França tem um sistema de repartição, onde os trabalhadores e empregadores contribuem compulsoriamente. Além disso, muitos empregados aderem a sistemas complementares ligados às suas profissões.

Chile: A Reforma Previdenciária de 1981 no Chile, durante a ditadura de Augusto Pinochet, adotou o modelo de capitalização, onde os trabalhadores contribuem para suas próprias contas individuais e de forma não compulsória, ou seja, contribuem quanto e se quiserem. O sistema chileno enfrentou críticas e desafios, incluindo questões de desigualdade e baixos benefícios para muitos aposentados (Arenas de Mesa, 2000).

Outros Países: Vários outros países, incluindo Venezuela, Equador, Nicarágua, Bulgária, Argentina, Eslováquia, Estônia, Letônia, Lituânia, Bolívia, Hungria, Croácia, Macedônia, Polônia, Rússia, Cazaquistão, República Tcheca e Romênia, também passaram por reformas previdenciárias (World Bank, 2006). Alemanha e Espanha aumentaram as idades mínimas para a aposentadoria, enquanto o Japão instaurou uma comissão permanente para adequar rotas conforme o cenário do país (OECD, 2019).

Holanda: A Holanda possui um sistema de previdência robusto, com foco em planos de benefícios definidos com base no salário médio ao longo da vida. A Holanda frequentemente lidera os rankings de sistemas previdenciários eficientes e bem administrados (OECD, 2019).

Alemanha: A Alemanha tem um sistema de previdência social abrangente, com contribuições obrigatórias e benefícios bem estruturados. A Alemanha mantém um sistema sólido e confiável, com baixos níveis de desigualdade (OECD, 2019).

Japão: O Japão possui um sistema de previdência social que abrange a maioria dos cidadãos. O país tem uma população envelhecida, mas o sistema previdenciário continua a fornecer benefícios essenciais (OECD, 2019).

Cada país enfrenta desafios específicos e suas abordagens variam. Esses exemplos nos ajudam a entender diferentes modelos e como eles impactam a gestão pública.

2.7 PERSPECTIVAS FUTURAS E POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS DA REFORMA

A Nova Previdência, promulgada pelo Congresso Nacional em 2019, trouxe uma série de modificações ao sistema previdenciário brasileiro e espera-se que gere uma economia de cerca de R\$ 800 bilhões aos cofres da União, em 10 anos (Congresso Nacional, 2019). Em 2060, segundo estimativas do IBGE, o Brasil deve ter 26% da população com mais de 65 anos. Se mantidas as regras atuais, a previsão é de que as despesas com previdência cheguem a 17% do PIB (IBGE, 2023).

A proposta de Orçamento para 2023 (PLN 32/22) mostra que a reforma da Previdência teve um forte impacto para a redução do déficit do regime dos servidores públicos. Para 2023, o déficit projetado é de R\$ 47,3 bilhões, mas, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o déficit deve passar de 0,64%, em 2021, para 0,49%, em 2023 (Ministério da Economia, 2023).

Também no regime geral do INSS, o déficit deve sair de 3,79% do PIB, em 2020, para 2,49%, em 2023. A equivalência com o PIB, que é quanto o País produz em um ano, tem o objetivo de possibilitar a comparação entre os valores. O déficit em valores deverá ser de R\$ 265,6 bilhões no regime geral. O Orçamento que é pago com receita de impostos tem um valor total de R\$ 2,2 bilhões (Ministério da Economia, 2023).

A proteção garantida pelas políticas públicas de previdência social consiste, no Brasil (como em muitos países), na maior política de transferência de renda do país, quando se considera o volume de recursos alocado para o pagamento dos benefícios. Entre as diversas funções da Previdência Social podem ser citadas a suavização do consumo ao longo do ciclo de vida, seguro contra riscos sociais e a

garantia de seguridade para pessoas ou famílias que perderam a capacidade de gerar renda para o próprio sustento devido à incapacidade temporária ou permanente para o trabalho por questões como idade avançada, doença, acidente do trabalho ou desemprego (Ministério da Economia, 2023).

A Desvinculação de Receitas da União (DRU) é um mecanismo que permite ao governo federal usar livremente 30% das receitas de todos os impostos e contribuições sociais federais que estão vinculados por lei a órgãos, fundos ou despesas. A Câmara aprovou, na noite de quarta-feira (8), uma medida importante para que o governo possa reorganizar as contas públicas e a economia: a prorrogação da DRU até 2023. A medida autoriza o governo a redefinir as prioridades de cerca de R\$ 120 bilhões em receitas (Câmara dos Deputados, 2023).

2.8 CAUSAS DO AUMENTO DA GERAÇÃO NEM-NEM

A expressão “geração nem-nem” foi criada para denominar o grupo de jovens, entre 18 e 24 anos, que nem estudam, nem trabalham. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2022), esses jovens contabilizam 35,9% dessa faixa etária. De modo sintético, essa geração é formada pelos indivíduos que não conseguem seguir seus estudos ou encontram dificuldades em serem inseridos no mercado de trabalho. Pode ser atribuído a várias causas:

Mudanças no mercado de trabalho: Com o aumento da demanda por qualificação e experiência, o acesso ao mercado de trabalho torna-se mais restrito para aqueles que não prosseguiram com os estudos (OCDE, 2022).

Crise econômica e social: O fenômeno da geração nem-nem é observado desde o final dos anos 90, sugerindo um impacto de longo prazo das crises econômicas e sociais (OCDE, 2022). Estas crises alteraram a maneira como eles encaram o mercado de trabalho tradicional e questões como estabilidade financeira e satisfação profissional.

Falhas no sistema educacional: Deficiências no sistema educacional podem contribuir para a dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho (OCDE, 2022). A ausência de mecanismos de incentivo e inclusão tardia no mercado de

trabalho faz com que, muitas vezes, esses indivíduos chegam despreparados para o que os espera na vida profissional e na sequência de sua formação.

Segundo Schwartzman (2006), sobre a dinâmica educação e o mercado de trabalho temos a seguinte perspectiva sociológica:

Os jovens brasileiros de baixa renda vivem em uma situação dramática, espremidos entre um sistema de educação pública de má qualidade e, a partir da adolescência, à necessidade crescente de ganhar dinheiro em um mercado de trabalho precário e de difícil entrada. As políticas necessárias para tentar resolver esta situação devem lidar com o problema da qualidade da escola, com as necessidades de renda, e fazer isto tomando sempre em consideração as importantes diferenças que existem para os diferentes grupos de idade. (SCHWARTSMAN, 2006, p. 65)

As consequências da geração nem-nem são amplas e incluem:

Desemprego: A falta de formação e mudanças sociais aumentam a dificuldade dos jovens em entrar no mercado de trabalho. A ausência de experiência e falhas na formação profissional criam um ciclo vicioso que dificulta a mudança de situação para os jovens. (OCDE, 2022).

Desigualdade e exclusão social: A falta de acesso à educação de qualidade e oportunidades de emprego leva muitos jovens da geração “nem-nem” à exclusão social, exacerbando a desigualdade.

Problemas de saúde mental: O aumento da pressão e sobrecarga em idades cada vez mais jovens resulta em problemas de saúde mental entre os jovens, que muitas vezes percebem os sintomas antes de iniciar sua formação ou carreira profissional. (OCDE, 2022).

2.9 IMPACTO DOS TRABALHADORES INFORMAIS

O trabalho informal consiste na realização de atividades sem vínculos empregatícios ou registros formais.

O Brasil registrou 39 milhões de trabalhadores informais no 3º trimestre de 2023. O número equivale a 39,1% da população ocupada do país (IBGE, 2023).

A urbanização e o desemprego têm impulsionado o crescimento dessas atividades, especialmente em cidades maiores. A migração e o crescimento urbano,

somados à incapacidade dos governos de criar empregos, levam a um aumento da informalidade em países em desenvolvimento. A educação, ou a falta dela, também influencia a informalidade, pois muitos brasileiros deixam a escola para trabalhar, resultando em falta de qualificação e acesso a empregos formais. Além disso, fatores como altas taxas de juros, inflação e burocracia governamental contribuem para a complexidade da informalidade no mercado de trabalho.

2.10 DESEMPREGO NO BRASIL

O desemprego, segundo o IBGE, refere-se às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. Além disso, o termo utilizado é “pessoas na força de trabalho que estão desocupadas”. A pesquisa relacionada ao 4º semestre de 2023 revela que 8,1 milhões de brasileiros estão nessa situação, o que corresponde a 7,4% da população.

O impacto do desemprego na contribuição para a previdência social é um tópico relevante e complexo. O desemprego afeta negativamente o mercado de trabalho e pode resultar em uma redução no número de pessoas contribuindo para a previdência social. Quando as pessoas estão desempregadas, elas não fazem contribuições para o sistema de seguridade social, o que diminui a receita total do sistema. Além disso, altas taxas de desemprego podem levar a uma menor arrecadação de contribuições, o que impacta a sustentabilidade do sistema previdenciário.

Alguns argumentam que reduzir as contribuições para a previdência social poderia estimular o emprego, pois os empregadores teriam menos encargos trabalhistas. No entanto, essa abordagem precisa ser cuidadosamente avaliada, pois reduzir as contribuições pode afetar negativamente a capacidade do sistema de fornecer benefícios adequados aos aposentados e outros beneficiários. Além disso, é importante considerar outras políticas, como treinamento de habilidades, incentivos à criação de empregos e proteção social para os desempregados.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativo-quantitativa, visando compreender em profundidade os desafios e impactos da Reforma da Previdência de 2022 na gestão pública brasileira. Essa metodologia mista permite uma análise abrangente e complementar do tema, combinando a riqueza da análise qualitativa com a precisão da análise quantitativa.

3.2 ETAPAS DA PESQUISA

3.2.1 Revisão Bibliográfica

A pesquisa inicia-se com uma revisão bibliográfica abrangente, consolidando o conhecimento teórico sobre reformas da previdência, gestão pública e seus desafios. As fontes primárias incluem a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 (Presidência da República, 2022), bem como leis, decretos e documentos oficiais do Governo Federal e estadual. Além disso, serão consultados livros, artigos científicos, relatórios de instituições renomadas (como o IPEA, TCU e Banco Central) e estudos sobre a implementação da reforma em outros países.

3.2.2 Coleta de Dados

A coleta de dados será realizada por meio de duas técnicas principais:

- **Análise Documental:** Serão analisados documentos oficiais, leis, decretos, relatórios e estudos de caso relacionados à Reforma da Previdência e à gestão pública.

3.2.3 Análise de Dados

A análise dos dados coletados será realizada de forma qualitativa e quantitativa:



- **Análise Qualitativa:** Consistirá na análise de conteúdo dos documentos coletados, identificando padrões, temas recorrentes e significados relevantes para a pesquisa.
- **Análise Quantitativa:** Utilizará técnicas estatísticas adequadas à natureza dos dados, como análise de frequências, médias, desvios padrão e testes de hipóteses.

3.2.4 Triangulação de Dados

A triangulação de dados será empregada para validar os resultados da pesquisa, comparando informações obtidas por meio das diferentes técnicas e fontes. Essa abordagem contribui para a confiabilidade e robustez do estudo.

3.2.5 Cronograma da Pesquisa

A pesquisa será desenvolvida em cinco etapas, com as seguintes estimativas de tempo para cada uma:

- Revisão bibliográfica: **2 meses**
- Elaboração dos instrumentos de coleta de dados: **1 mês**
- Coleta de dados: **3 meses**
- Análise de dados: **4 meses**
- Elaboração da dissertação: **3 meses**

A metodologia descrita visa garantir a qualidade e o rigor científico da pesquisa, produzindo conhecimento relevante sobre os desafios e impactos da Reforma da Previdência de 2022 na gestão pública brasileira.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A análise e discussão do artigo “Reformas da Previdência 2022: Desafios e Impactos na Gestão Pública” envolvem a avaliação crítica das reformas previdenciárias de 2022 e seus impactos na gestão pública.

A reforma da previdência de 2022 trouxe mudanças significativas no sistema previdenciário brasileiro, incluindo o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria e a implementação de uma regra de transição (Presidência da República, 2022). Essas mudanças têm implicações diretas para a população brasileira, especialmente para os trabalhadores mais pobres e vulneráveis, que dependem da previdência social para sobreviver (IPEA, 2022).

A reforma também apresentou desafios para a gestão pública, incluindo a necessidade de adaptação às novas regras e cálculos, a implementação de novos sistemas e processos, e a capacitação de servidores públicos (Ministério da Economia, 2022). A gestão pública precisou se adaptar às novas regras e implementar novos sistemas e processos para garantir a continuidade da proteção social oferecida pela previdência social.

A análise também discute as implicações da reforma para a economia brasileira. A reforma é esperada para gerar uma economia de cerca de R\$ 800 bilhões aos cofres da União em 10 anos (Congresso Nacional, 2019). No entanto, a reforma também levanta questões sobre a equidade e a justiça social, dado que as mudanças afetam desproporcionalmente os trabalhadores mais pobres e vulneráveis (IPEA, 2022).

Sobre as alterações do regime previdenciário podemos afirmar que:

É certo que a elevação da idade mínima é uma necessidade em quase todos os regimes de previdência social no mundo, devido à confluência de dois fenômenos aparentemente irreversíveis de nosso tempo: a elevação da longevidade média dos indivíduos e o decréscimo das taxas de natalidade. Essa confluência obriga a calibragem periódica dos sistemas previdenciários, independentemente da existência de déficits ou superávits financeiros momentâneos da seguridade, cuja fixação a cada período segue também variáveis instáveis (taxa de desemprego, urbanização, migração, informalidade, entre outras) e apresentam margens de erro de projeção” (Modesto (2019, p. 12-12)

Em resumo, a análise e discussão do artigo destacam os desafios e impactos da reforma da previdência de 2022 na gestão pública. A reforma representa um esforço significativo para garantir a sustentabilidade financeira do sistema previdenciário brasileiro, mas também levantam questões importantes sobre equidade, justiça social e a capacidade do sistema de proteger os mais vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma da Previdência de 2022 representa um marco significativo na história previdenciária do Brasil, introduzindo mudanças que afetam a gestão pública e a sustentabilidade do sistema previdenciário. As novas regras estabelecem idades mínimas e tempos de contribuição para aposentadoria, variando conforme o regime previdenciário. No Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mulheres devem ter pelo menos 62 anos de idade e 15 anos de contribuição, enquanto homens precisam de 65 anos de idade e 20 anos de contribuição. Para servidores públicos federais, a idade mínima é de 62 anos para mulheres e 65 para homens, com 25 anos de contribuição, 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo específico. Professores e policiais têm regras diferenciadas. A reforma, embora essencial, não é uma solução isolada e requer monitoramento contínuo, diálogo com a sociedade civil e ajustes quando necessário¹². Em resumo, os gestores públicos devem estar preparados para enfrentar os desafios e proteger os mais vulneráveis no novo cenário previdenciário

REFERÊNCIAS

ARENAS DE MESA, A. **Evolving social security in Chile**. Geneva: International Social Security Association, 2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inflação**. Brasília, 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Brasília, 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Desvinculação de Receitas da União (DRU)**. Brasília, 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório da Reforma da Previdência**. Brasília, 2022.

CONGRESSO NACIONAL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Brasília, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, 2023.

IBGE - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **Novas Regras da Previdência**. Brasília, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estudo sobre a Reforma da Previdência**. Brasília, 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Boletim Macrofiscal**. Brasília, 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Nota Técnica sobre a Reforma da Previdência**. Brasília, 2022.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Education at a Glance 2022: **OECD Indicators**. Paris, 2022.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Pensions at a Glance 2022: **OECD and G20 Indicators**. Paris, 2022.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Pensions at a Glance 2022**. Paris, 2022.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Pensions at a Glance 2013: **OECD and G20 Indicators**. Paris, 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Brasília, 2022. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 01 fev. 2024.

SENADO FEDERAL. **Relatório da Reforma da Previdência**. Brasília, 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 2022.

WORLD BANK. **Global Economic Prospects**. Washington, DC, 2022.

WORLD BANK. **Pension Reform and the Development of Pension Systems: An Evaluation of World Bank Assistance**. Washington, DC, 2006.